



CONTRATO
PROCESSO Nº 1174/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/15
TIPO: MENOR PREÇO

Contratante: **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68.

Contratada: **ROSELI ALVES P. MONFARDINI LANCHONETE E RESTAURANTE ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.899.124/0001-30, sediada no endereço Estrada Paracambi Cabral, s/n, Km 6, Fazenda Invejada – Seropédica/RJ, neste ato representada pelo Sr. **Roseli Alves Pereira Monfardini**, portadora da carteira de identidade nº 10014252-0 IFP-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 951.817.417-20.

Nos termos da proposta da empresa **ROSELI ALVES P. MONFARDINI LANCHONETE E RESTAURANTE ME** estabelecemos o Contrato de prestação de serviços para assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, conforme especificações e condições constantes no Edital PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015, devidamente homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal em 04/12/2015, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a locação de Palcos, Barracão, Barracas, Lona de Circo e tendas, para atender aos eventos da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme especificações constantes no Edital do Pregão presencial nº 029/2015 e seus anexos, os quais integram este termo, independentemente de transcrição por ser de

Roseli



conhecimento das partes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 – Conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA, a qual integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes, o valor global dos serviços será R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais).

2.1.1 - O pagamento será de acordo com o evento realizado. Após a emissão da nota fiscal e a entrada do processo na Tesouraria, no prazo máximo de até 30(trinta) dias, obedecendo a ordem cronológica de chegada, devidamente atestada pelos responsáveis pela fiscalização dos serviços, em 02 (duas) vias, em conformidade com as especificações constantes deste Edital e seus anexos.

2.1.2 O pagamento será efetuado por meio de crédito em nome da contratada, mediante ordem bancária emitida em seu nome, para crédito na conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato e seus anexos.

2.1.3 – Havendo atraso de pagamento, o valor devido sofrerá compensação financeira, tomando por base a TR do mês anterior, pro rata tempore, sobre o valor da fatura, bem como uma multa no valor de 1% (um por cento) pro rata tempore a título de penalização.

2.1.4 – Para eventuais antecipações de pagamento serão concedidos descontos com bases na TR pro rata tempore.

2.2 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

2.3 – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com a parcela vinculada ao evento, cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.4 – O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório e constante no Contrato.

Roseli



2.5 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.6 – As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme especificado abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.01.13.392.0049.2121

ELEMENTO DE DESPESA nº 3.3.9.0.30.00.00.00 Código Reduzido nº 1352;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de julho de 1993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2 – O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3 – Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pela Contratada.

3.4 - O prazo terá vigência de 04 de dezembro de 2015 e termino em 31 de dezembro de 2015.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

Roseli



4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 - Da Contratada:

4.2.1 - Prestar os serviços objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. 029/2015;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento de produtos executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta as suas expensas, incluindo alimentação de seus trabalhadores, combustível e transporte de materiais;

4.2.5 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº. 029/2015;

4.2.6 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo nos casos previamente consentidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, mediante justificção;

4.2.7 - Responder, por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, pelos prejuízos que causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervir ou for utilizado naquela execução, sujeitando-se à cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a Contratante, em razão de danos a terceiros.

4.2.8 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como

Roseli



os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES.

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

I - advertência;

II - Nos atrasos na prestação dos serviços: multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

III- Nas inexecuções totais: multa indenizatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

IV - Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

- a) Não entrega de documentação exigida no Edital;
- b) Apresentação de declaração ou documentação falsa;
- c) Não manutenção da proposta;

Roseli



- d) Comportamento inidôneo;
- e) Realização de fraude fiscal.

V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

VI - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2 – Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima serão descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.2.1 – Nos casos de rescisão contratual, o prazo para pagamento da multa aplicada e não paga será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

6.3 - Da aplicação das penas definidas nos subitens “I” a “VI”, do subitem 6.1, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, em igual prazo.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;
- II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;



III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato sem prévia análise e autorização da Secretaria requisitante;

IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.


7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi/RJ, 04 de dezembro de 2015.


PREFEITO MUNICIPAL DE PARACAMBI
Tarciso Gonçalves Pessoa
CONTRATANTE


ROSELI ALVES P. MONFARDINI LANCHONETE E RESTAURANTE ME
Roseli Alves Pereira Monfardini
CONTRATADO

Testemunhas:

.....

Nome:

CPF

.....

Nome:

CPF